
Nossa Senhora do Carmo Participações S.A. e suas controladas

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
e suas controladas

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nossa Senhora do Carmo Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Nossa Senhora do Carmo Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nossa Senhora do Carmo Participações S.A. e da Nossa Senhora do Carmo Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Não acompanhamento de inventário físico dos saldos iniciais

Não acompanhamos as contagens físicas dos estoques de suas empresas controladas em 31 de dezembro de 2021, cujo saldo consolidado é de R\$ 3.941 mil, pois nossa contratação, como auditores independentes, ocorreu em data posterior e não foi possível nos satisfazer, por outros procedimentos de auditoria, quanto à existência física e saldos dos estoques nesta data, o qual teve efeito na determinação do custo de serviços prestados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujo saldo consolidado corresponde a R\$ 131.918 mil. Consequentemente, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes nos saldos iniciais dos estoques, bem como nos custos de serviços prestados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do Consolidado. Consequentemente, também não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes nos saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2022, e no resultado de equivalência patrimonial na Controladora no exercício findo nessa data, cujos valores correspondem a R\$ 62.804 mil e um ganho no valor de R\$ 13.047 mil, respectivamente.

Aquisição da CGMB Serviços Médicos e Hospitalares do Rio de Janeiro Ltda. - ausência de informações suficientes e apropriadas

Conforme descrito nas Notas 1(a) e 11.1(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como resultado da transação de aquisição da totalidade das quotas do capital social da controlada CGMB



Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
e suas controladas

Serviços Médicos e Hospitalares do Rio de Janeiro Ltda. ("CGMB"), em 24 de março de 2021, a Companhia registrou na rubrica de Investimentos, valor correspondente ao saldo do patrimônio líquido contábil da CGMB, no valor de R\$ 8.998 mil, e a diferença entre o saldo deste investimento e o valor pago, no montante de R\$ 66.730 mil, registrou em ajuste de avaliação patrimonial por se tratar do resultado da combinação de negócios sob controle comum. Contudo, a Companhia não nos apresentou as documentações que suportam os saldos dos ativos e passivos da CGMB na data de aquisição, bem como outras documentações relacionadas à esta transação. Nas circunstâncias, em virtude da ausência de evidências de auditoria suficientes e apropriadas, não nos foi praticável determinar os potenciais efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:




Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
e suas controladas

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de julho de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior

Signed By: LUCIANO JORGE MOREIRA SAMPAIO JUNIOR:63302675534

CPF: 63302675534

Signing Time: 03 July 2023 | 20:49 BRT

 Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Conteúdo:

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e passivo descoberto	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021	
Circulante					Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	360	5.072	7.447	13.726	14	142	-	17.533	12.895
Contas a receber	6	1.800	-	74.049	39.759	16	-	-	12.349	7.350
Estoques	7	2	-	4.577	3.941		-	-	29	149
Adiantamentos	8	7	-	5.590	1.646	17	328	13	2.074	3.767
Tributos a recuperar	9	33	19	941	3.814	13	-	-	861	723
Outros créditos	10	-	-	2.858	1.218	21	-	-	979	-
Total do circulante		2.202	5.091	95.462	64.104		266	-	1.245	-
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Tributos a recuperar	9	1.918	-	1.918	-		-	-	22	106
Tributos diferidos	21	-	-	1.920	2.229		-	-	94.651	51.020
Depósitos judiciais	18	21	-	468	2.227	20	94.651	51.020	5.315	5.895
Partes relacionadas	20	61.880	7.742	-	-	13	-	-	46.405	41.323
		63.819	7.742	4.306	4.456	18	209	-	2.678	2.142
Investimentos	11	62.814	59.302	-	-	1(a)	28.668	24.543	30.637	24.543
Imobilizado	12	840	-	73.703	26.999		11.597	11.311	-	-
Ativo de direito de uso	13	-	-	44.996	42.371	15	-	-	5.213	1.449
Intangível	12	-	-	595	459		135.125	86.874	184.921	126.478
		63.654	59.302	119.294	69.829					
Total não circulante		127.473	67.044	123.600	74.285					
Total do ativo		129.675	72.135	219.062	138.389					
						Passivo a descoberto				
						20	165.326	165.326	165.326	165.326
							(35.318)	(56.440)	(35.318)	(56.440)
							27.294	18.030	27.294	18.030
							(172.526)	(172.526)	(172.526)	(172.526)
							(15.224)	(45.610)	(15.224)	(45.610)
						Total do passivo a descoberto				
						Total do passivo e do passivo a descoberto				
							129.675	72.135	219.062	138.389

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	22	354	-	175.607	180.473
Custo dos serviços prestados	23	(182)	-	(131.918)	(111.218)
Lucro bruto		172	-	43.689	69.255
Despesa comercial	24	-	-	(220)	(5.436)
Despesas gerais e administrativas	25	(442)	(1)	(22.039)	(29.207)
Resultado de equivalência patrimonial	11	13.047	23.530	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	712	-	1.408	270
Receitas (despesas) operacionais		13.317	23.529	(20.852)	(34.373)
Lucro operacional		13.489	23.529	22.837	34.882
Receitas financeiras		263	197	1.163	453
Despesas financeiras		(1.343)	(45)	(7.042)	(4.880)
Resultado financeiro, líquido	27	(1.080)	152	(5.879)	(4.427)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		12.409	23.681	16.958	30.455
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	-	(36)	(4.301)	(9.039)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	(260)	-	(508)	2.229
Lucro líquido do exercício		12.149	23.645	12.149	23.645
Resultado por ação (em reais)		0,07	0,14		

As notas explicativas da administração são parte integral das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	12.149	23.645	12.149	23.645
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do Resultado abrangente do exercício	12.149	23.645	12.149	23.645

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integral das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

		Capital social	Capital social a integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do passivo a descoberto
					Reserva legal	Reserva de lucros - Retenção		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		10		-	-	-	-	10
Aquisição de controladas – 24 de março de 2021	1(a) e 19	49.588	-	(172.526)	-	-	-	(122.938)
Aumento de capital – 01 de abril de 2021	19	115.728	(56.440)	-	-	-	-	59.288
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.645	23.645
Destinações:								
Constituição de reservas	19	-	-	-	1.182	16.848	(18.030)	-
Dividendos	19	-	-	-	-	-	(5.615)	(5.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		165.326	(56.440)	(172.526)	1.182	16.848	-	(45.610)
Capital Social integralizado	19	-	21.122	-	-	-	-	21.122
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.149	12.149
Destinações								
Constituição de reservas	19	-	-	-	607	8.657	(9.264)	-
Dividendos	19	-	-	-	-	-	(2.885)	(2.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		165.326	(35.318)	(172.526)	1.789	25.505	-	(15.224)

As notas explicativas da administração são parte integral das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.409	23.681	16.958	30.455
Ajuste por:					
Depreciação e amortização	12	396	-	3.299	1.522
Amortização do direito de uso de ativo	13	-	-	1.798	1.422
Juros sobre empréstimos		-	-	13	1.203
Juros sobre passivo de arrendamento	13	-	-	3.178	2.377
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e glosas	6	-	-	(3.399)	5.289
Constituição de provisão para causas judiciais	18	209	-	536	1.549
Ajustes de estoque	7	-	-	-	(1.148)
Efeitos de incorporação e outras movimentações líquidas		14.381	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(13.047)	(23.530)	-	-
		14.348	151	22.383	42.669
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução das contas do ativo					
Contas a receber	6	(1.800)	-	(30.892)	(30.385)
Estoques	7	(2)	-	(636)	2.306
Adiantamentos	8	(7)	-	(3.944)	(990)
Depósito judicial		(21)	-	1.759	(2.227)
Tributos a recuperar	9	(1.933)	(19)	955	(1.585)
Outros créditos e outros ativos	10	-	-	(63)	(3.447)
Aumento (redução) das contas do passivo					
Fornecedores	14	142	-	4.638	7.104
Obrigações trabalhistas e sociais	16/17	-	13	4.999	(1.360)
Parcelamento de tributos		266	-	665	5.895
Provisão para causas judiciais		-	-	-	992
Partes relacionadas		(10.507)	43.242	43.631	65.024
Outras contas a pagar	15	628	-	5.803	(29.753)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.114	43.387	49.298	11.574
Imposto de renda e contribuição social pagos		(36)	-	(3.440)	(9.422)
Juros pagos		-	-	(12)	(1.334)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.078	43.387	45.846	43.487
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	11	-	(25.943)	-	(21.599)
Aquisição de controlada – pagamentos	1(a)	(21.116)	-	(19.149)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	11	(5.400)	(71.670)	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	(1.223)
Adições do imobilizado	12	(396)	-	(50.002)	(13.846)
Adições de intangível	12	-	-	(137)	(457)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(26.912)	(97.613)	(69.288)	(37.125)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital	20	21.122	-	21.122	-
Aumento de capital		-	59.288	-	59.288
Amortização de empréstimos e financiamentos		-	-	-	(47.810)
Amortização de passivos de arrendamentos	13	-	-	(3.959)	(4.124)
		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		21.122	59.288	17.163	7.354
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(4.712)	5.062	(6.279)	13.716
Caixa e equivalentes do início do exercício	5	5.072	10	13.726	10
Caixa e equivalentes do final do exercício	5	360	5.072	7.447	13.726
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(4.712)	5.062	(6.279)	13.716

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Nossa Senhora do Carmo Participações S.A. (“Companhia” ou “NSCP”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Jaguaruna, 105, Campo Grande, CEP 23080-160, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que foi constituída em 27 de agosto de 2020 com integralização de capital em dinheiro no montante de R\$ 10.

A Companhia tem como principal atividade a participação societária em outras entidades. Suas controladas, tem como atividades a prestação de serviços hospitalares, bem como atendimento médico e ambulatorial em suas instalações, treinamento e aperfeiçoamento de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde relacionados a essas atividades já citadas. A Companhia também está apta a atuar proporcionando meios para a pesquisa e investigação científica.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui participação nas seguintes subsidiárias integrais (em conjunto “Grupo Carmo”), participações estas oriundas da transação descrita no item (a) abaixo:

- Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo Ltda. (“CSNSC”)
- Centro Médico Jaguaruna Ltda. (“CMJ”)

(a) Aquisição de controladas no exercício de 2021

A Companhia tinha, inicialmente, como acionistas a MJF Holding do Brasil Participações Ltda. (“MJF”), cuja participação representava 99% do capital social.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 24 de março de 2021, os acionistas da Companhia, também detentores de 100% das quotas representativas do capital social da CSNSC e da CMJ, na qualidade de subscritores, integralizaram o capital da Companhia com suas respectivas quotas da CSNSC e CMJ nos valores de R\$ 19.658 e R\$ 29.930, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 49.588. Com a integralização das referidas quotas, a Companhia assumiu nessa data, o controle da CSNSC e CMJ.

Concomitantemente, nessa mesma data, a Companhia adquiriu da MJF a totalidade das quotas do capital social da CGMB pelo montante de R\$ 75.728, a ser liquidado em 3 parcelas, sendo: i) R\$ 25.943 à vista na data da assinatura do contrato, ii) R\$ 25.243 pagos em 01 de abril de 2022, e iii) R\$ 24.543 a serem pagos em 01 de abril de 2024. As parcelas estão registradas no balanço na rubrica de contas a pagar por aquisições de controladas. A Companhia assumiu, assim, nessa data, o controle da CGMB.

Como resultado dessa transação, a Companhia passou a deter 100% de participação das empresas do Grupo Carmo, cuja contraprestação transferida, os ativos identificáveis e passivos assumidos estão assim resumidos, na data base de 28 de fevereiro de 2021, que foi a data base das informações para a transação. Os resultados das empresas adquiridas a partir desta data, passaram a ser de controle da Companhia.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>CSNSC</u>	<u>CMJ</u>	<u>CGMB</u>	<u>Total</u>
Contraprestação transferida				
Em Caixa	-	-	75.728	75.728
Em quotas de capital de controladas	19.658	29.930	-	49.588
Total da contraprestação transferida	<u>19.658</u>	<u>29.930</u>	<u>75.728</u>	<u>125.316</u>
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos				
Caixa e equivalente	2.782	228	1.335	4.345
Contas a receber	8.570	147	5.946	14.663
Estoques	2.730	132	2.237	5.099
Adiantamentos	182	25	78	285
Partes relacionadas	-	-	45.750	45.749
Imobilizado e intangível	13.310	34	1.331	14.675
Direito de uso de ativos	1.522	0	8.768	10.290
Total de ativos identificáveis	<u>29.096</u>	<u>566</u>	<u>65.445</u>	<u>95.106</u>
Fornecedores	(4.308)	(155)	(1.328)	(5.791)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(10.595)	(170)	(1.652)	(12.417)
Empréstimos	(41.520)	-	(6.676)	(48.196)
Passivos de arrendamento	(1.255)	-	(9.035)	(10.290)
Partes relacionadas	-	(15.915)	(15.831)	(31.746)
Provisões	(5.224)	(285)	(21.925)	(27.433)
Outros passivos	(6.299)	(143)	-	(6.442)
Total de passivos assumidos	<u>(69.201)</u>	<u>(16.668)</u>	<u>(56.447)</u>	<u>(142.315)</u>
Total dos ativos líquidos identificáveis	<u>(40.105)</u>	<u>(16.102)</u>	<u>8.998</u>	<u>(47.209)</u>
Resultado da combinação de negócios sob controle comum	<u>59.763</u>	<u>46.032</u>	<u>66.730</u>	<u>172.525</u>

A transação de aquisição de controladas foi classificada pela Companhia como uma combinação de entidades ou negócios sob controle comum. Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pela mesma parte ou partes, antes e depois da combinação de negócios, e esse controle não é transitório.

Combinação de negócios sob controle comum não estão sujeitas à aplicação do “método de aquisição” previsto no pronunciamento “CPC 15 – Combinação de negócios” e portanto, não dão origem à ágios ou ganhos por compra vantajosa. Ainda não há nas práticas contábeis adotadas no Brasil um pronunciamento contábil que discipline as combinações de negócios envolvendo entidades sob controle comum.

A Companhia registrou o resultado da combinação de negócios sob controle comum em conta de patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 172.526) por tal resultado envolver entidades do mesmo grupo econômico. O valor do aumento de capital definido no ato societário de 24 de março de 2021 é de R\$ 49.588, gerando, portanto, um impacto negativo no patrimônio líquido de R\$ 122.938.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Alienação de participação societária da Companhia no exercício de 2021

Concomitantemente, na mesma data da transação relatada acima, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a venda da participação societária representativa de 70% do capital social da Companhia para a ÍMPAR Serviços Hospitalares S/A (“ÍMPAR” ou “Controladora”) e os 30% restantes da participação societária continua pertencendo a MJF Holding do Brasil Participações Ltda (MJF). A ÍMPAR é parte integrante do Grupo DASA.

Após o cumprimento de condições suspensivas e aprovações aplicáveis, a operação foi submetida à ratificação dos acionistas por ocasião da realização da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 256 da Lei nº 6.404/76 que ocorreu em 01 de abril de 2021.

A venda de 70% do capital social da Companhia para a ÍMPAR foi concluída após aprovação do CADE que se deu no dia 01 de abril de 2021 e cumprimento de condições suspensivas e aprovações aplicáveis pelo valor de R\$ 115.728. Desse total, R\$ 40.943 foram integralizados em dinheiro na data de fechamento da operação, R\$ 18.347 ao longo do ano de 2021, R\$ 25.243 em 01 de abril de 2022 e o saldo remanescente será nos seguintes aniversários da operação, sendo R\$24.543 em 01 de abril de 2023 e R\$ 6.654 em 01 de abril de 2024.

1.1 Pressuposto de continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 7.572 na controladora. Apesar deste fato, a administração tem expectativa razoável de que a Companhia possui fluxo de caixa recorrentes e suficientes para garantir sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, apresenta também patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 15.224. A despeito desta situação patrimonial, a Companhia também conta com o suporte financeiro de sua controladora, que tem efetuado aportes de capital constante.

1.2 Restruturação societária - Incorporação de controladas

Em 03 de janeiro de 2022 foi realizada a incorporação da subsidiária integral CGMB Serviços Médicos e Hospitalares do Rio de Janeiro Ltda (“CGMB”). Isso fez parte de uma reorganização societária, que teve como objetivo otimizar a estrutura operacional do Grupo Carmo, considerando os interesses de seus acionistas.

Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento na CGMB foi baixado e os ativos e passivos foram reconhecidos pelo valor contábil da seguinte forma:

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos incorporados	03/01/2022
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1.719
Contas a receber	878
Mútuo a receber	10.616
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.708
Outros créditos	8
Tributos a recuperar	2
Tributos diferidos	61
Imobilizado	841
Intangível	238
Total do ativo	<u>16.071</u>
Passivo	
Fornecedores	161
Passivo de arrendamento	180
Tributos a recolher	312
Parcelamento de tributos	183
Provisão para causas judiciais	10
Outras contas a pagar	3
Total do passivo	<u>849</u>
Acervo líquido incorporado	<u>15.222</u>

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 03 de julho de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e no valor líquido de realização, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios que foram mensurados pelo seu valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Carmo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativas “13 - Arrendamentos”: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 22 - Receita de prestação de serviços – estimativa das considerações variáveis esperadas (glosas);
- Nota explicativa nº 12 - Imobilizado – revisão da vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa nº 18 - Provisão para causas judiciais – reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. Quando o controle é transferido para o Grupo, estes ativos e passivos são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na Nota 11.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo Carmo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Receita operacional

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades do Grupo Carmo.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar receitas de contratos com clientes. As receitas do Grupo Carmo são provenientes da prestação de serviços hospitalares, incluindo a utilização de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no resultado do exercício com base nos valores contratuais, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Carmo, e que a receita possa ser mensurada com segurança no momento da prestação de serviços médicos, considerando que o controle e todos os direitos e recompensas decorrentes dos serviços prestados sejam entregues para o cliente. A receita não é reconhecida se houver incertezas quanto à sua realização.

Os contratos celebrados entre o Grupo Carmo e seus respectivos clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e possuem os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento identificadas.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita é reconhecida no momento em que o montante reflete a contraprestação que o Grupo Carmo espera ter direito em troca de serviços a um cliente, líquida de tributos relacionados e considerações variáveis, tais como descontos estimados e glosas.

Os contratos com as operadoras de planos de saúde possuem contraprestação variável e, portanto, o Grupo Carmo estima a receita correspondente considerando preços contratuais e glosas históricas. O Grupo Carmo utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável devido ao grande número de operadoras que possuem características semelhantes e com base em estatísticas de percentuais históricos de glosas dos últimos 3 anos. O Grupo Carmo reavalia a precisão do percentual trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2022, a estimativa de glosa média do Grupo Carmo era de 0,5% (3,5% em 31 de dezembro de 2021).

As faturas são emitidas e devem ser pagas normalmente no prazo médio de 45 dias, de acordo com o respetivo acordo comercial. As faturas de clientes particulares são emitidas para pagamento à vista.

Não há obrigações de devolução ou reembolso, nem um componente de financiamento significativo.

3.3 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem basicamente receita de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos sobre o montante do principal em aberto.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias e juros sobre parcelamento de tributos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de provisões para causas judiciais.

3.4 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos tributos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos tributos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de tributos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo Carmo.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido para perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais os créditos possam ser utilizados. O lucro tributável futuro é determinado com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o valor das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, será considerado o lucro tributável futuro, ajustado pelas reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios das empresas do Grupo Carmo, individualmente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às taxas do tributo que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias no momento da reversão, com base nas taxas decretadas até a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se determinados critérios forem atendidos.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização de procedimentos hospitalares, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital

Os suprimentos farmacêuticos, clínicos e médicos têm uma data de validade atribuída pelo fabricante. A data de validade é estabelecida com base nos resultados dos testes de estabilidade obtidos na embalagem primária e na embalagem secundária. É constituída provisão para obsolescência para os itens sem movimentação há mais de 180 dias e para os que vencerão no mesmo período. Todos os itens vencidos são baixados.

3.6 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo Carmo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Quaisquer ganho ou perda na alienação de um ativo são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Carmo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Os terrenos não são depreciados. Para os demais ativos, os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 12.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

3.7 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada para amortização de softwares é de cinco anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.8 Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo Carmo questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Desta forma, o Grupo Carmo mantém os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, não apresentando a compensação com uma respectiva provisão para causas judiciais avaliada com o risco de perda provável registrada no passivo não circulante.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Instrumentos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração inicial

O Grupo Carmo reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Carmo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b. Classificação e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Carmo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Carmo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo Carmo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo Carmo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo Carmo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

(iii) Mensuração das perdas com crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis do Grupo Carmo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável (Nota 6).

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Carmo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as causas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do Grupo Carmo com o apoio de seus advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo Carmo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo Carmo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Como arrendatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

Os ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

Os passivos de arrendamento são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.13 Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Carmo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo Carmo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.15 Outros ativos e passivos

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo de realização e os outros passivos ao valor de sua exigibilidade, ambos, incluindo, quando aplicável, as respectivas atualizações e variações monetárias.

3.16 Outras receitas e despesas

As outras receita e despesas são reconhecidas ao resultado pelo regime da competência quando incorridas.

4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

(i) Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

(iii) Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

(i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.

(ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas.

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Alteração ao IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022 nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IAS 1 (CPC 26) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS, CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixas e bancos	160	-	6.177	3.947
Aplicações financeiras	200	5.072	1.270	9.779
	360	5.702	7.447	13.726

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em fundos de renda fixa de liquidez imediata, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) com rendimento médio em 2022 de 102% do CDI.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Convênios	1.527	-	66.263	35.953
Pacientes particulares	273	-	1.141	515
Convênios a faturar (a)	-	-	9.571	9.616
	1.800	-	76.975	46.084
Perda esperada de créditos de clientes	-	-	(2.639)	(4.027)
Perda esperada de contraprestação variável (glosas)	-	-	(287)	(2.298)
Total contas a receber de clientes, líquido	1.800	-	74.049	39.759

- (a) A rubrica “Convênios a faturar” refere-se aos valores de serviços prestados e não faturados no final do ano às operadoras de saúde. Esse valor é reconhecido líquido do efeito esperado de créditos e perdas de glosas reconhecidas com base no preço estimado da transação considerando contraprestação variável, incluindo glosas.

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A faturar	-	-	9.572	9.616
A vencer	425	-	45.435	22.102
Vencidos:				
Até 30 dias	-	-	5.543	7.743
De 31 até 90 dias	-	-	4.000	3.379
De 91 até 120 dias	2	-	4.595	2.880
De 121 até 180 dias	405	-	3.321	82
Acima de 181 dias	968	-	4.509	282
	1.800	-	76.975	46.084

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da perda esperada de crédito de clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo Inicial	(4.027)	-
Adição de controladas	-	(1.035)
(+) constituições de provisões	(4.840)	(4.254)
(-) reversões de provisões	6.228	1.262
Saldo Final	(2.639)	(4.027)

(ii) Movimentação da provisão para perda com glosa

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo Inicial	(2.298)	-
(+) constituições de provisões	(437)	(2.298)
(-) reversões de provisões	2.448	-
Saldo Final	(287)	(2.298)

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Material médico-hospitalar	-	-	1.869	1.657
Medicamentos	-	-	2.076	1.780
Outros estoques	2	-	632	504
	2	-	4.577	3.941

Os estoques são compostos de materiais de uso hospitalar e laboratoriais, para uso no atendimento aos pacientes.

8 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores (a)	3	-	2.934	1.223
Adiantamentos a funcionários (b)	4	-	2.656	423
	7	-	5.590	1.646

- a) Os adiantamentos a fornecedores referem-se substancialmente a adiantamentos para aquisição de Imobilizado.
 b) Os adiantamentos a funcionários referem-se substancialmente a adiantamentos de férias e adiantamentos de salários.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS/COFINS a compensar	-	19	21	11
IRPJ a compensar	1.440	-	1.511	1.303
CSLL a compensar	510	-	540	461
Créditos previdenciários a compensar (a)	1	-	787	2.039
	1.951	19	2.859	3.814
Circulante	33	19	941	3.814
Não circulante	1.918	-	1.918	-

(a) Refere-se a créditos tributários de contribuição previdenciária, baseado na revisão de verbas patronais e RAT.

10 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Notas promissórias (a)	-	-	2.858	1.218
	-	-	2.858	1.218

a) Refere-se a crédito a receber da aquisição do Grupo CARMO pela IMPAR S/A. A aquisição foi concluída após aprovação do CADE e cumprimento de condições suspensivas e aprovações aplicáveis em 01 de abril de 2021 e o valor recebido da IMPAR S/A deverá ser transferido a MJF Participações conforme registro em contas a pagar por aquisição de controladas.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos

11.1 Informações sobre investimentos em controladas

As principais informações sobre as controladas, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas a seguir. Estas informações foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

	Percentual de Participação	Controladora	
		2022	2021
Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo Ltda. (CSNSC)	100%	62.814	44.080
CGMB Serviços Médicos e Hospitalares do Rio de Janeiro Ltda	100%	-	15.222
Total de investimentos em controladas		62.814	59.302
Centro Médico Jaguaruna Ltda (CMJ)	100%	(11.597)	(11.311)
Total de provisão para perda com controladas		(11.597)	(11.311)
Total de investimentos, líquido		51.217	47.991

A movimentação dos investimentos está demonstrada no quadro abaixo:

(a) Investimentos

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Equivalência Patrimonial	Incorporação de controladas	AFAC	Saldo em 31 de dezembro de 2022
CSNSC	44.080	13.334	-	5.400	62.814
CGMB	15.222	-	(15.222)	-	-
Total	59.302	13.334	(15.222)	5.400	62.814
	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Equivalência Patrimonial	Aquisição de controladas	AFAC	Saldo em 31 de dezembro de 2021
CSNSC	-	25.457	(40.105)	58.728	44.080
CGMB	-	(118)	8.998	6.342	15.222
Total	-	25.339	(31.107)	65.070	59.302

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Provisão para perda em controladas

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Aquisição de controladas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2022
CMJ	(11.311)	-	(286)	(11.597)
Total	(11.311)	-	(286)	(11.597)

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Aquisição de controladas	Equivalência Patrimonial	AFAC	Saldo em 31 de dezembro de 2021
CMJ	-	(16.102)	(1.809)	6.600	(11.311)
Total	-	(16.102)	(1.809)	6.600	(11.311)

12 Imobilizado

a. Composição do saldo

	Taxa		Controladora	
	Média	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
	%	2022	2022	2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	195	(195)	-
Edificações	5	-	-	-
Instalações	10	104	(104)	-
Máquinas e equipamentos	10	46	-	46
Equipamentos médicos	20	3.070	(2.631)	439
Equipamentos de informática	20	942	(668)	274
Móveis e utensílios	10	401	(287)	114
Imobilizado em andamento	-	-	(33)	(33)
		4.758	(3.918)	840

A Controladora não possuía saldo de Imobilizado em 31 de dezembro de 2021.

	Taxa			Consolidado	
	Média	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
	%	2022	2022	2022	2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	8.717	(2.071)	6.646	293
Edificações	5	-	-	-	6.957
Instalações	10	3.838	(3.680)	158	-
Máquinas e equipamentos	10	739	(28)	711	22
Equipamentos médicos	20	27.091	(6.520)	20.571	9.199
Equipamentos de informática	20	6.846	(2.869)	3.977	3.894
Móveis e utensílios	10	3.902	(758)	3.144	928
Imobilizado em andamento (a)	-	38.496	-	38.496	5.706
		89.629	(15.926)	73.703	26.999

- a) O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, aos gastos acumulados com obras, construções e benfeitorias, que ainda não se encontram concluídas e que serão transferidas para o imobilizado em uso quando do início efetivo de utilização das áreas disponibilizadas. A expectativa de conclusão desses projetos é em curto prazo.

A Companhia não possui ativos fixos dados em garantia.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Movimentação

							Controladora
	Taxa Média %	Saldo em 31/12/2021	Aquisição de controladas	Adições	Baixas	Aquisição por incorporação	Saldo em 31/12/2022
Custo							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	-	-	-	-	195	195
Edificações	5	-	-	-	-	-	-
Instalações	10	-	-	-	-	104	104
Máquinas e equipamentos	10	-	-	-	-	46	46
Equipamentos médicos	20	-	-	-	-	3.070	3.070
Equipamentos de informática	20	-	-	396	-	546	942
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	401	401
Total do custo		-	-	396	-	4.362	4.758
Depreciação							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	-	-	-	-	(195)	(195)
Edificações	5	-	-	-	-	-	-
Instalações	10	-	-	(1)	-	(103)	(104)
Máquinas e equipamentos	10	-	-	(4)	-	(29)	(33)
Equipamentos médicos	20	-	-	(182)	-	(2.449)	(2.631)
Equipamentos de informática	20	-	-	(182)	-	(486)	(668)
Móveis e utensílios	10	-	-	(27)	-	(260)	(287)
Total da depreciação		-	-	(396)	-	(3.522)	(3.918)
Imobilizado, líquido		-	-	-	-	840	840

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Taxa Média	Saldo em		Baixas	Transferências/ Reclassificações	Consolidado
Custo	%	31/12/2021	Adições			Saldo em
						31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1.191	-	-	7.526	8.717
Edificações	5	7.526	-	-	(7.526)	-
Instalações	10	3.837	1	-	-	3.838
Máquinas e equipamentos	10	125	614	-	-	739
Equipamentos médicos	20	13.917	13.017	-	157	27.091
Equipamentos de informática	20	5.679	1.059	-	108	6.846
Móveis e utensílios	10	1.646	2.521	-	(265)	3.902
Imobilizado em andamento (a)	-	5.706	32.790	-	-	38.496
Total do custo		39.627	50.002	-	-	89.629
Depreciação						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	(898)	(579)	-	(594)	(2.071)
Edificações	5	(569)	(25)	-	594	-
Instalações	10	(3.906)	226	-	-	(3.680)
Máquinas e equipamentos	10	(24)	(4)	-	-	(28)
Equipamentos médicos	20	(4.728)	(1.714)	-	(78)	(6.520)
Equipamentos de informática	20	(1.784)	(1.102)	-	17	(2.869)
Móveis e utensílios		(719)	(100)	-	61	(758)
Total da depreciação		(12.628)	(3.298)	-	-	(15.926)
Imobilizado, líquido		26.999	46.704	-	-	73.703

(a) O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, aos gastos acumulados com obras, construções e benfeitorias, que ainda não se encontram concluídas e que serão transferidas para o imobilizado em uso quando do início efetivo de utilização das áreas disponibilizadas. A expectativa de conclusão desses projetos é em curto prazo.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	Taxa	Saldo em	Aquisição de	Adições	Saldo em
	Média%	31/12/2020	controladas		31/12/2021
Custo					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	-	-	1.191	1.191
Edificações	5	-	-	7.526	7.526
Instalações	10	-	-	3.837	3.837
Máquinas e equipamentos	10	-	-	46	46
Equipamentos médicos	20	-	5.761	8.236	13.997
Equipamentos de informática	20	-	3.530	2.149	5.679
Móveis e utensílios	10	-	255	1.391	1.646
Imobilizado em andamento	-	-	4.300	1.405	5.705
Total do custo		-	13.846	25.781	39.627
Depreciação		-			
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	-	-	(898)	(898)
Edificações	5	-	(251)	(318)	(569)
Instalações	10	-	(88)	(3.818)	(3.906)
Máquinas e equipamentos	10	-	-	(24)	(24)
Equipamentos médicos	20	-	(882)	(3.846)	(4.728)
Equipamentos de informática	20	-	(193)	(1.592)	(1.785)
Móveis e utensílios	-	-	(97)	(621)	(718)
Total da depreciação		-	(1.511)	(11.117)	(12.628)
Imobilizado, líquido		-	12.335	14.664	26.999

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Composição do saldo de intangível

			Consolidado	
	Custo	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	
	2022	2022	2022	2021
Software	918	(323)	595	459
	918	(323)	595	459

			Consolidado	
	Custo	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	
	2021	2021	2021	2020
Software	781	(321)	459	-
	781	(321)	459	-

Não há saldos de ativo intangível na controladora em 2022 e 2021.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de Intangível

				Consolidado
	Saldo em 31/12/2021	Aquisição de Controladas	Adições	Saldo em 31/12/2022
Custo				
Software	780	-	137	917
Total do custo	780	-	137	917
Depreciação				
Software	(321)	-	(1)	(322)
Total da depreciação	(321)	-	(1)	(322)
Intangível, líquido	459	-	136	595

				Consolidado
	Saldo em 31/12/2020	Aquisição de controladas	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo				
Software	-	323	457	780
Total do custo	-	323	457	780
Depreciação				
Software	-	(310)	(11)	(321)
Total da depreciação	-	(310)	(11)	(321)
Imobilizado, líquido	-	13	446	459

13 Arrendamentos

O Grupo Carmo possui contratos de arrendamento firmados para os imóveis com prazos médios entre 5 a 30 anos e opção de renovação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

O Grupo Carmo definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações).

A taxa média ponderada de empréstimo incremental do Grupo Carmo aplicada foi de 6,95% a.a.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2021	Aquisição de controlada	Adições	Baixas	Remensuração (a)/ Transferência	Amortização	Consolidado
								Saldo em 31/12/2022
Imóveis	2-20	40.793	-	-	-	6.001	(1.798)	44.996
Equipamentos	2-5	1.578	-	-	(1.578)	-	-	-
		42.371	-	-	(1.578)	6.001	(1.798)	44.996

	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2020	Aquisição de controladas	Adições	Remensuração (a)/ Transferência		Amortização	Consolidado
					Baixas	Transferência		Saldo em 31/12/2021
Imóveis	2-20	-	8.712	33.966	-	(463)	(1.422)	40.793
Equipamentos	2-5	-	1.578	-	-	-	-	1.578
		-	10.290	33.966	-	(463)	(1.422)	42.371

(a) Reconhecimento de aditivos contratuais, substancialmente dos valores de aluguéis e vigência dos contratos.

b) Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a movimentação dos passivos de arrendamento são como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	42.046	-
Adições	-	33.966
Aquisição de controladas (c)	-	10.290
Apropriação de juros (b)	3.178	2.377
Remensuração (a)	6.001	(463)
Pagamentos	(3.959)	(4.124)
Saldo Final	47.266	42.046
Circulante	861	723
Não circulante	46.405	41.323

a) Reconhecimento de aditivos contratuais, substancialmente dos valores de aluguéis e vigência dos contratos.

b) Juros são apropriados ao resultado na rubrica de despesas financeiras, utilizando a taxa de desconto, aplicada na mensuração do passivo de arrendamento.

c) Refere-se a arrendamentos advindos da aquisição das Empresas do Grupo Carmo pela Companhia, ocorrido em março de 2021.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
2023	-	858
2024	919	919
2025	985	985
2026 em diante	44.501	38.561
Total	46.405	41.323

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Materiais	95	-	7.905	6.314
Serviços	47	-	4.567	2.413
Aquisição de ativo fixo	-	-	5.061	4.168
	142	-	17.533	12.895

15 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para serviços médicos	-	-	1.074	1.395
Créditos a identificar	537	-	4.070	-
Outros débitos	-	-	651	384
Circulante	537	-	5.795	1.779
Receita diferida	-	-	-	8
Outros débitos (a)	-	-	5.213	1.441
Não Circulante	-	-	5.213	1.449
Total	537	-	11.008	3.228

(a) Refere-se a valores a pagar relacionados a gestão dos antigos sócios.

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	Consolidado	
	2022	2021
Salários a pagar	4.537	1.884
Provisão de férias	4.120	4.370
FGTS a recolher	419	748
INSS a recolher	2.511	59
Outros	762	289
	12.349	7.350

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda	-	-	-	1.005
Contribuição Social	-	-	-	370
COFINS a recolher	-	-	440	591
PIS a recolher	-	-	95	127
IRRF a recolher	-	-	226	135
ISS a recolher	-	-	763	284
INSS terceiros	1	13	57	19
Outros tributos a recolher (a)	327	-	493	1.236
	328	13	2.074	3.767

(a) O saldo se refere substancialmente, a adesão de PERT e também retenções da Lei 10.833/03.

18 Provisão para causas judiciais

O Grupo Carmo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais que montam R\$ 468 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.227 em 31 de dezembro de 2021). Em bases periódicas, a Administração revisa as causas judiciais conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	10	-	2.111	2.034
Trabalhistas	199	-	235	72
Tributárias	-	-	332	36
	209	-	2.678	2.142

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para causas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Aquisição por incorporação	Adições	Controladora Saldo em 31/12/2022
Civeis (a)	-	10	-	10
Trabalhista (b)	-	-	53	53
Tributarias	-	-	146	146
	-	10	199	209

	Saldo em 31/12/2021	Aquisição por controladas	Adições	Consolidado Saldo em 31/12/2022
Civeis (a)	2.034	-	77	2.111
Trabalhista (b)	108	-	127	235
Tributarias	-	-	332	332
	2.142	-	536	2.678

	Saldo em 31/12/2020	Aquisição por controladas	Adições/ reversão	Consolidado Saldo em 31/12/2021
Civeis (a)	-	195	1.839	2.034
Trabalhista (b)	-	398	(290)	108
	-	593	1.549	2.142

O Grupo Carmo considera que a provisão para riscos em processos trabalhistas e cíveis é suficiente para cobrir as perdas esperadas.

- (a) A provisão para causas cíveis refere-se, principalmente, a ações indenizatórias por danos morais, materiais e estéticos decorrente de erro médico.
- (b) A provisão para causas trabalhistas refere-se a reclamações trabalhistas por parte de ex-colaboradores, que estão pleiteando horas-extras, dano moral; acidente de trabalho, diferenças salariais e outros. Em adição refere-se a execução fiscal que objetiva a cobrança de FGTS e contribuição social incidente sobre pagamentos à pessoas jurídicas contratadas para prestarem serviços, por considerar a existência de vínculo trabalhista entre os seus sócios e a executada.

Processos classificados com risco de perda possível

No âmbito cível, o Grupo Carmo possui processos classificados como perda possível que totalizam R\$ 2.494 (R\$ 870 em 2021) relacionados a processos de responsabilidade civil com pedido de indenização de danos morais e materiais decorrente do suposto erro médico ou falha no procedimento. Os processos trabalhistas classificados como perda possível totalizam R\$ 2 (R\$ 114 em 2021) e referem-se a reclamações

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trabalhistas de ex-empregados do Grupo. Não houve para o referido período ações tributárias classificadas como perda possível.

19 Passivo a descoberto

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 165.326, representado por 165.326.191 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de abril de 2022, foi integralizado R\$ 21.122 em capital social, sendo R\$ 25.243 recebido integralmente da Controladora Ímpar Serviços Hospitalares S.A, descontado de R\$ 4.121 relacionado à atualização monetária sobre o contas a pagar à MJF Holding do Brasil Participações Ltda., decorrente da transação de aquisição das controladas CSNSC, CMJ e CGMB.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o quadro acionário do capital social integralizado da Companhia era:

	<u>Em ações ordinárias</u>	<u>% de participação</u>
Titulares das ações 2022 e 2021		
IMPAR S.A.	115.728.334	70%
MJF Holding do Brasil Participações LTDA.	<u>49.597.857</u>	<u>30%</u>
Total 2022 e 2021	<u>165.326.191</u>	<u>100%</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei n°. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Reserva de lucros - Retenção

A reserva de lucros - Retenção são constituídas para a apropriação dos lucros da Companhia, conforme previsto no art. 182 da lei 6.404/76, e terá a destinação que lhe for conferida pela assembleia geral.

d. Dividendos propostos

Nos termos do estatuto social, é assegurado aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social. O montante de dividendos propostos é de R\$ 2.885 que corresponde a 25% do lucro líquido apurado em 2022, que foi de R\$ 12.149, deduzido da reserva legal.

Os dividendos a pagar de R\$ 2.885 foram reconhecidos no passivo circulante.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Apuração dos dividendos do exercício

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Lucro líquido do exercício</u>	12.149	23.645
Constituição da reserva legal (5%)	607	1.182
Base para distribuição de dividendos	11.542	22.463
Constituição do dividendo mínimo obrigatório (25%)	2.885	5.616

e. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial constituído pela Companhia é resultado da transação de aquisição de controladas descritas na Nota 1(a).

20 Partes relacionadas

Operações relacionadas à prestação de serviço realizada entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade.

Saldos e transações – consolidado

	Passivo Circulante - Outras contas a pagar 2022	Passivo Circulante - Outras contas a pagar 2021	Custos dos serviços prestados 2022	Custos dos serviços prestados 2021
Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	57	115	753	297
Conexa Saude Serviços Médicos Ltda	-	-	-	-
CM Hospitalar S.A.	-	11	-	743
Neuro Imagem Ltda.	-	-	-	-
	57	126	753	1.40

Contratos mútuos entre a Companhia e suas controladas

	Vencimento	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Contrato de mútuo – NCSP</u>			
CMJ		2.234	512
CSNSC		59.646	7.230
	01/06/2024	61.880	7.742

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora (IMPAR) - Passivo

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
IMPAR Serviços Hospitalares S.A.	94.651	51.020
Não circulante	94.651	51.020

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, inclui salários, pró-labore, benefícios, encargos e bônus no valor de R\$ 171 (R\$ 44 em 2021) nas demonstrações financeiras consolidadas e estão contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

Não há benefícios adicionais para os administradores do Grupo Carmo.

Contas a pagar por aquisição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a pagar por aquisição (a)	28.668	49.786	30.637	49.786
Circulante	-	25.243	-	25.243
Não circulante	28.668	24.543	30.637	24.543

(a) O detalhamento dessa transação está descrito na nota 1 (a).

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Cofins exigibilidade suspensa	-	12
Pis exigibilidade suspensa	-	3
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	592	1.369
Provisão para fornecedores	376	474
Provisão para Perdas - Glosa	-	369
IFRS 16 - Arrendamentos	598	-
Provisão ISS sobre receita a Faturar	66	-
Provisão para horas extras	296	-
Outros	(8)	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.920	2.229

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto	12.409	23.681	16.958	30.455
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais (34%)	4.219	8.052	5.766	10.355
Adições				
Outras adições permanentes (a)	477	(16)	(957)	(3.545)
Exclusões				
Resultados de controladas por equivalência patrimonial	(4.436)	(8.000)	-	-
Resultado com IRPJ e CSLL - alíquota estatutária	260	36	4.809	6.810
Alíquota efetiva	2%	0,2%	28%	22%

(a) Ajustes de arrendamento mercantil, além de prejuízo fiscal compensado na CSNSC que não foi constituído e outras adições decorrentes de comemorações, confraternizações, outras despesas não dedutíveis, doações, multas indedutíveis e perdas com créditos a receber.

22 Receita de prestação de serviços

O Grupo Carmo gera receita principalmente pelos seus serviços médico-hospitalares, para clientes particulares e clientes de operadoras de planos de saúde.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais, incluindo a composição por tipos de contrato de clientes, e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de serviços prestados				
Operadoras de planos de saúde	-	-	180.854	193.331
Particulares	-	-	4.452	4.716
			185.306	198.047
Glosas	365	-	951	(6.421)
Tributos (a)	(11)	-	(10.650)	(11.153)
	354	-	175.607	180.473

- a) Refere-se a tributos incidentes sobre a receita de serviços, como ISS (Imposto Municipal sobre Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Previdência Social).

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços	(4)	-	(40.898)	(36.052)
Suprimentos	(5)	-	(29.790)	(27.650)
Pessoal	-	-	(46.878)	(36.573)
Depreciação e amortização	(169)	-	(2.641)	(2.438)
Serviços de manutenção e limpeza	(2)	-	(8.842)	(5.673)
Energia elétrica, água e telefone	(2)	-	(2.273)	(2.273)
Outros	-	-	(596)	(559)
	(182)	-	(131.918)	(111.218)

24 Despesa comercial

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Propaganda	-	-	(220)	(147)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e glosas	-	-	-	(5.289)
	-	-	(220)	(5.436)

25 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(4)	-	(7.630)	(20.340)
Serviços de terceiros	(285)	-	(4.451)	(2.161)
Serviços de manutenção e limpeza	(3)	-	(2.359)	(1.548)
Tributos, taxas e despesas legais	(7)	-	(385)	(841)
Depreciação e amortização	(138)	-	(1.387)	(506)
Energia elétrica, água e telefone	(5)	-	(1.688)	(1.355)
Constituição / Reversão de provisão para causas judiciais	-	-	(337)	(1.550)
Outras despesas administrativas	-	(1)	(3.802)	(906)
	(442)	(1)	(22.039)	(29.207)

26 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas e despesas operacionais				
Receita de aluguel	-	-	-	126
Recuperação de despesas	-	-	5	22
Parcerias comerciais (a)	-	-	-	122
Varição da redução ao valor recuperável de contas a receber	712	-	1.387	-
Outras receitas e despesas	-	-	15	-
	712	-	1.407	270

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Outras receitas referem-se basicamente ao valor negociado junto à instituição financeira, em um contrato de parceria comercial (exclusividade no recebimento dos salários dos funcionários). A instituição paga ao Grupo Carmo um valor acordado para o processamento da folha de pagamento de todos os funcionários.

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Atualização monetária	201	-	269	7
Descontos obtidos	15	-	154	130
Receita de juros	47	197	276	315
Outras receitas financeiras	-	-	464	1
	263	197	1.163	453
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2)	-	(12)	(1.203)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(3.178)	(2.377)
Atualização monetária	(1.219)	-	(2.892)	(64)
Outras despesas financeiras	(122)	(45)	(739)	(1.192)
Descontos concedidos	-	-	(221)	(44)
	(1.343)	(45)	(7.042)	(4.880)
Resultado financeiro, líquido	(1.080)	152	(5.879)	(4.427)

28 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

Devido a natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros do Grupo Carmo estejam próximos aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	<u>Ativo financeiro</u>		<u>Passivo financeiro</u>		Total
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
<i>Em 31 de dezembro de 2022</i>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa	-	360	-	-	360
Contas a receber	-	1.800	-	-	1.800
Fornecedores	-	-	-	(142)	(142)
Partes relacionadas	-	61.880	-	(94.651)	(32.771)
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	-	(28.668)	(28.668)
	<u>-</u>	<u>64.039</u>	<u>-</u>	<u>(123.461)</u>	<u>(59.442)</u>

Controladora	<u>Ativo financeiro</u>		<u>Passivo financeiro</u>		Total
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
<i>Em 31 de dezembro de 2021</i>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa	-	5.072	-	-	5.072
Partes relacionadas	-	7.742	-	(51.020)	(43.278)
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	-	(49.786)	(49.786)
	<u>-</u>	<u>12.814</u>	<u>-</u>	<u>(100.806)</u>	<u>(87.992)</u>

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	<u>Ativo financeiro</u>		<u>Passivo financeiro</u>		Total
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado do	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
<i>Em 31 de dezembro de 2022</i>					
Caixa e equivalentes de caixa - caixa	-	7.447	-	-	7.447
Contas a receber de clientes	-	74.049	-	-	74.049
Parcelamentos de tributos	-	-	-	(6.560)	(6.560)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(51)	(51)
Partes relacionadas	-	-	-	(94.651)	(94.651)
Contas a pagar por aquisição de controlada	-	-	-	(30.637)	(30.637)
Fornecedores	-	-	-	(17.533)	(17.533)
	-	81.496	-	(149.432)	(67.936)

Consolidado	<u>Ativo financeiro</u>		<u>Passivo financeiro</u>		Total
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado do	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
<i>Em 31 de dezembro de 2021</i>					
Caixa e equivalentes de caixa - caixa	-	13.726	-	-	13.726
Contas a receber de clientes	-	39.759	-	-	39.759
Parcelamentos de tributos	-	-	-	(5.895)	(5.895)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(255)	(255)
Partes relacionadas	-	-	-	(51.020)	(51.020)
Contas a pagar por aquisição de controlada	-	-	-	(49.786)	(49.786)
Fornecedores	-	-	-	(12.895)	(12.895)
	-	53.485	-	(119.851)	(66.366)

Os diferentes níveis foram definidos da seguinte forma:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado dos preços).
- Nível 3 - Premissas, para ativos ou passivos, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

O Grupo, de forma geral, está exposto aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional
- risco climático

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo gerencia os riscos aos quais está exposto por meio da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia de valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para esses ativos e passivos.

Os valores justos dos saldos em caixa e bancos, contas a receber de clientes, fornecedores e contas a pagar são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas do Grupo, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas do Grupo na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O Grupo possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

Riscos de mercado

Trata-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

Risco de mercado de juros

Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela B3 para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo do Grupo e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo uma posição atualizada da exposição do Grupo aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, para os riscos de mercado aos quais o Grupo estiver exposto, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa do Grupo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia do Grupo.

O Grupo gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- b) Gerenciamento de caixa de longo prazo - Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado versus orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- c) Manutenção de um caixa mínimo - Refere-se ao saldo de caixa que o Grupo repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico do Grupo sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos não circulantes financeiros (não descontados) consolidados:

	Consolidado				
	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Valor a desembolsar	2023	2024 e 2025	2026 em diante
<i>Em 31 de dezembro de 2022</i>					
Outras contas a pagar	11.008	11.008	5.795	5.213	-
Empréstimos	51	51	29	22	-
Passivo de arrendamento	47.266	47.266	861	1.904	44.501
Fornecedores	17.533	17.533	17.533	-	-
	75.858	75.858	24.218	7.139	44.501

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento ao Grupo, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas de contraprestação variável (glosa).

O Grupo está subordinado à política de crédito fixada por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. O Grupo possui ainda, a provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques devolvidos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, o Grupo procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) por meio da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	-	-	51	255
Parcelamento de tributos	266	-	6.560	5.895
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(360)	(5.072)	(7.447)	(13.726)
Dívida líquida	(94)	(5.072)	(836)	(7.576)
Patrimônio líquido	(15.224)	(45.610)	(15.224)	(45.610)
Índice de alavancagem - %	0,62%	11,12%	5,49%	16,61%

Riscos climáticos

O risco climático é um risco transversal que pode ser um agravante para os tipos de riscos tradicionais que gerenciamos no curso normal dos negócios, incluindo, sem limitação, os riscos descritos neste item. Com base nas classificações utilizadas pela *Task-Force on Climate-Related Financial Disclosures*, consideramos que existem duas fontes primárias de riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas: físicos e de transição. Os riscos de transição e/ou físicos decorrentes das mudanças climáticas podem afetar adversamente nossos negócios, condição e resultados das operações.

Os riscos físicos resultantes das mudanças climáticas podem ser causados por eventos agudos (secas, furacões ou inundações) ou mudanças de longo prazo crônicas no clima (aumento das temperaturas médias, ondas de calor crônicas ou aumento do nível do mar).

Os riscos de transição referem-se a ações realizadas para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados a mudanças climáticas, e podem se enquadrar em várias categorias, como mercado, tecnologia e mudanças de mercado.

Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados por riscos de transição, tais como, mas não limitados a escassez de insumos e matérias-primas pode causar aumento de custos, aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento e restrições ou mudanças nas atividades de produção; Gastos com a transição para tecnologias mais sustentáveis devido às mudanças nas necessidades de tecnologia para novos desenvolvimentos de serviços ou adaptação de serviços existentes; entre outros.

29 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 o total de cobertura de seguros era de R\$ 9.700, sendo a cobertura aberta para lucros cessantes, responsabilidade civil profissional, incêndios, vendaval, queda de aeronave, alagamento e inundação.

Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.
Notas explicativas da administração relativo ao
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 **Eventos subsequentes**

Coisa julgada

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva (coisa julgada) sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário em momento posterior. O julgamento tomou como base cobranças da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tributo julgado constitucional pelo STF em 2007. A referida decisão não implica em qualquer impacto para o Grupo.

Emerson Leandro Gasparetto
Presidente

Felipe da Silva Guimarães
Diretor Financeiro e Administrativo

Lucianne Assôfra Sperandio Atencio
Gerente Executivo de Controladoria
CRC 1SP264068/O-6

Certificate Of Completion

Envelope Id: 915D626B4C1047AEA74C4ED93734BC56

Status: Completed

Subject: DocuSign: Relatorio_NOSSASENHORACARMO122.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 51

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Jairo Xavier

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Enveloped Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

jairo.xavier@pwc.com

IP Address: 18.231.224.7

Record Tracking

Status: Original

03 July 2023 | 19:14

Holder: Jairo Xavier

jairo.xavier@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

03 July 2023 | 20:49

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior

luciano.sampaio@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:



EB4CEB572CF8457...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 18.231.224.80

Timestamp

Sent: 03 July 2023 | 19:15

Viewed: 03 July 2023 | 20:48

Signed: 03 July 2023 | 20:49

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Jairo Xavier

jairo.xavier@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 03 July 2023 | 20:49

Viewed: 03 July 2023 | 20:49

Signed: 03 July 2023 | 20:49

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	03 July 2023 19:15
Certified Delivered	Security Checked	03 July 2023 20:48
Signing Complete	Security Checked	03 July 2023 20:49
Completed	Security Checked	03 July 2023 20:49

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------